

ÍNDICE-SUMÁRIO

I – REGISTOS

REGISTO CIVIL

CÓDIGO DO REGISTO CIVIL

Decreto-Lei nº 131/95, de 6 de Junho	11
TÍTULO I Disposições gerais	15
CAPÍTULO I Objecto e valor do registo civil	15
CAPÍTULO II Órgãos do registo civil	18
CAPÍTULO III Regras de competência	18
CAPÍTULO IV Suportes dos actos e sua reconstituição	20
SECÇÃO I Suportes e reconstituição de actos e processos de registo	20
SECÇÃO II Arquivo de documentos	21
TÍTULO II Actos de registo	22
CAPÍTULO I Actos de registo em geral	22
SECÇÃO I Partes e outros intervenientes em actos de registo	22
SECÇÃO II Documentos para actos e processos de registo	24
SECÇÃO III Modalidades do registo	25
SUBSECÇÃO I Assentos	25
SUBSECÇÃO II Averbamentos	29
SECÇÃO IV Omissão de registo	34
SECÇÃO V Vícios do registo	35
SUBSECÇÃO I Inexistência jurídica do registo	35
SUBSECÇÃO II Nulidade do registo	36
SUBSECÇÃO III Cancelamento do registo	37
SUBSECÇÃO IV Rectificação de registo	38
CAPÍTULO II Actos de registo em especial	39
SECÇÃO I Nascimento	39
SUBSECÇÃO I Declaração de nascimento	39

SUBSECÇÃO II Registo de nascimento	41
SUBSECÇÃO III Registo de abandonados	45
SUBSECÇÃO IV Nascimento ocorrido em viagem	46
SECÇÃO II Filiação	47
SUBSECÇÃO I Menção de maternidade ou de paternidade	47
SUBSECÇÃO II Registo da declaração de maternidade	50
SUBSECÇÃO III Registo de perfilhação	51
SECÇÃO III Casamento	52
SUBSECÇÃO I Processo preliminar de casamento	52
SUBSECÇÃO II Certificado para casamento	57
SUBSECÇÃO III Consentimento para o casamento de menores	59
SUBSECÇÃO IV Celebração do casamento católico	59
SUBSECÇÃO V Celebração do casamento civil	60
SUBSECÇÃO VI Celebração do casamento civil urgente	61
SUBSECÇÃO VII Casamento de portugueses no estrangeiro e de estrangeiros em Portugal	63
SECÇÃO IV Registo de casamento	64
SUBSECÇÃO I Assento de casamento católico	64
SUBSECÇÃO II Assento de casamento católico celebrado por portugueses no estrangeiro	68
SUBSECÇÃO III Registo de casamento católico celebrado depois do casamento civil	69
SUBSECÇÃO IV Assento de casamento civil	69
SUBSECÇÃO V Assento de casamento civil urgente	70
SUBSECÇÃO VI Assento de casamento civil de portugueses no estrangeiro	70
SUBSECÇÃO VII Assento de casamento civil sob forma religiosa	72
SUBSECÇÃO VIII Efeitos do registo de casamento	73
SECÇÃO V Convenções antenupciais e alterações do regime de bens	73
SECÇÃO VI Óbito	74
SUBSECÇÃO I Declaração de óbito	74
SUBSECÇÃO II Registo de óbito	76
SUBSECÇÃO III Óbitos ocorridos em hospitais, cadeias e estabelecimentos equivalentes	77
SUBSECÇÃO IV Óbitos ocorridos em viagem ou por acidente	78
SUBSECÇÃO V Morte fetal	79
SUBSECÇÃO VI Comunicações obrigatórias	80
SUBSECÇÃO VII Procedimentos simplificados de sucessão hereditária	81
DIVISÃO I Disposições gerais	81
DIVISÃO II Habilitação de herdeiros	85
DIVISÃO III Partilha	86
TÍTULO III Publicidade, meios de prova e processos	87
CAPÍTULO I Publicidade e prova dos factos sujeitos a registo	87
SECÇÃO I Certidões	87

SECCÃO II Boletins	90
SECCÃO III Base de dados do registo civil	90
CAPÍTULO II Processos privativos do registo civil	91
SECCÃO I Disposições gerais	91
SECCÃO II Processos comuns	94
SUBSECCÃO I Processo de justificação judicial	94
SUBSECCÃO II Processo de justificação administrativa	96
SECCÃO III Processos especiais	97
SUBSECCÃO I Processo de impedimento do casamento	97
SUBSECCÃO II Processo de dispensa de impedimentos	99
SUBSECCÃO III Processo de suprimento de autorização para casamento de menores	99
SUBSECCÃO IV Processo de sanção da anulabilidade do casamento por falta de testemunhas	100
SUBSECCÃO V Processo de verificação de capacidade matrimonial de estrangeiros	100
SUBSECCÃO VI Processo de suprimento da certidão de registo	101
SUBSECCÃO VII Processo de divórcio e de separação de pessoas e bens por mútuo consentimento	102
SUBSECCÃO VII-A Processo de regulação das responsabilidades parentais por mútuo acordo	105
SUBSECCÃO VIII Processo para afastamento da presunção de paternidade	106
SUBSECCÃO IX Processo de alteração do nome	106
SUBSECCÃO X Processo de autorização para inscrição tardia de nascimento	107
TÍTULO IV Disposições diversas	107
CAPÍTULO I Recursos do conservador	107
CAPÍTULO II Responsabilidade civil, penal e disciplinar	109
CAPÍTULO III Estatística	111
CAPÍTULO IV Emolumentos e demais encargos	111
CAPÍTULO V Disposições transitórias	111
CAPÍTULO VI Disposições finais	112
DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÉNERO E EXPRESSÃO DE GÉNERO E À PROTEÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SEXUAIS DE CADA PESSOA	
Lei nº 38/2018, de 7 de agosto	113
CAPÍTULO I Disposições gerais	113
CAPÍTULO II Reconhecimento jurídico da identidade de género	114
CAPÍTULO III Medidas de proteção	116
CAPÍTULO IV Meios de defesa	117
CAPÍTULO V Disposições transitórias e finais	118

CELEBRAÇÃO DE CASAMENTOS CIVIS FORA DO HORÁRIO
DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS E AOS SÁBADOS,
DOMINGOS E FERIADOS

Decreto-Lei nº 236/2001, de 30 de Agosto 119

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA DECISÓRIA
PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO
E CONSERVATÓRIAS DO REGISTO CIVIL

Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de Outubro 121

CAPÍTULO I Objecto 122

CAPÍTULO II Da competência do Ministério Público 122

CAPÍTULO III Do procedimento perante o conservador do registo civil 124

SECÇÃO I Do procedimento tendente à formação de acordo das partes 124

SECÇÃO II Dos procedimentos da competência exclusiva
do conservador 126

CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias 128

LEI DA NACIONALIDADE

Lei nº 37/81, de 3 de Outubro 131

TÍTULO I Atribuição, aquisição e perda da nacionalidade 131

CAPÍTULO I Atribuição da nacionalidade 131

CAPÍTULO II Aquisição da nacionalidade 132

SECÇÃO I Aquisição da nacionalidade por efeito da vontade 132

SECÇÃO II Aquisição da nacionalidade pela adoção 133

SECÇÃO III Aquisição da nacionalidade por naturalização 133

CAPÍTULO III Perda da nacionalidade 135

CAPÍTULO IV Oposição à aquisição da nacionalidade
por efeito da vontade 135

CAPÍTULO V Efeitos da atribuição, aquisição e perda da nacionalidade 136

CAPÍTULO VI Disposições gerais 137

TÍTULO II Registo, prova e contencioso da nacionalidade 138

CAPÍTULO I Registo central da nacionalidade 138

CAPÍTULO II Prova da nacionalidade 139

CAPÍTULO III Contencioso da nacionalidade 140

TÍTULO III Conflitos de leis sobre a nacionalidade 140

TÍTULO IV Disposições transitórias e finais 141

REGULAMENTO DA NACIONALIDADE PORTUGUESA

Decreto-Lei nº 237-A/2006, de 14 de Dezembro 145

TÍTULO I Da nacionalidade portuguesa 149

CAPÍTULO I Atribuição, aquisição e perda da nacionalidade 149

SECÇÃO I Atribuição da nacionalidade 149

SUBSECÇÃO I Disposições comuns 149

SUBSECÇÃO II Nacionalidade originária por efeito da lei 150

SUBSECÇÃO III Nacionalidade originária por efeito da vontade	152
SECÇÃO II Aquisição da nacionalidade	155
SUBSECÇÃO I Disposições comuns	155
SUBSECÇÃO II Aquisição da nacionalidade por efeito da vontade	155
SUBSECÇÃO III Aquisição da nacionalidade por efeito da adopção plena	156
SUBSECÇÃO IV Aquisição da nacionalidade por efeito da naturalização	157
SECÇÃO III Perda da nacionalidade	166
TÍTULO II Disposições procedimentais comuns	167
CAPÍTULO I Procedimentos comuns à atribuição, aquisição e perda da nacionalidade	167
SECÇÃO I Declarações para fins de nacionalidade e postos de atendimento	167
SECÇÃO II Tramitação dos procedimentos	172
SECÇÃO III Encargos dos actos e certificados de nacionalidade	174
CAPÍTULO II Registo central da nacionalidade	175
TÍTULO III Oposição à aquisição da nacionalidade por efeito da vontade ou da adopção e contencioso da nacionalidade	177
CAPÍTULO I Oposição à aquisição da nacionalidade	177
CAPÍTULO II Contencioso da nacionalidade	180
TÍTULO IV Disposições transitórias	181
REGIME DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CIDADÃO	
Lei nº 7/2007, de 5 de Fevereiro	185
CAPÍTULO I Cartão de cidadão	185
SECÇÃO I Disposições gerais	185
SECÇÃO II Descrição do cartão de cidadão	186
CAPÍTULO II Regras de competência e de procedimento	192
SECÇÃO I Competências	192
SECÇÃO II Procedimento	194
CAPÍTULO III Protecção de dados pessoais	198
CAPÍTULO IV Disposições sancionatórias	201
SECÇÃO I Contraordenações	201
SECÇÃO II Crimes	203
CAPÍTULO V Disposições transitórias e finais	204
SECÇÃO I Atribuição do cartão de cidadão	204
SECÇÃO II Primeiro pedido de cartão de cidadão	205
PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS DE SUCESSÃO HEREDITÁRIA E DE PARTILHA DO PATRIMÓNIO CONJUGAL	
Portaria nº 1594/2007, de 17 de Dezembro	209
SECÇÃO I Procedimentos simplificados de sucessão hereditária	210
SECÇÃO II Procedimento de partilha do património conjugal	211
SECÇÃO III Assinatura, apresentação, certidão permanente e arquivo	212
SECÇÃO IV Disposições finais e transitórias	214

PEDIDO <i>ONLINE</i> DE ATOS E DE PROCESSOS DE REGISTO CIVIL Portaria nº 654/2009, de 17 de Junho	217
SUORTE INFORMÁTICO E PROCEDIMENTO DE RECONSTITUIÇÃO PARA ATOS E PROCESSOS DE REGISTO CIVIL Portaria nº 1109/2009, de 25 de Setembro	223
CERTIDÃO <i>ONLINE</i> DE REGISTO CIVIL Portaria nº 181/2017, de 31 de maio	227
REGISTO PREDIAL	
CÓDIGO DO REGISTO PREDIAL	
Decreto-Lei nº 224/84, de 6 de Julho	233
TÍTULO I Da natureza e valor do registo	237
CAPÍTULO I Objeto e efeitos do registo	237
SECÇÃO I Disposições fundamentais	237
SECÇÃO II Cessação dos efeitos do registo	242
CAPÍTULO II Vícios do registo	243
TÍTULO II Da organização do registo	245
CAPÍTULO I Competência territorial	245
CAPÍTULO II Suportes documentais e arquivo	246
CAPÍTULO III Referências matriciais e toponímicas	247
SECÇÃO I Conjugação do registo, das matrizes prediais e dos títulos	247
SECÇÃO II Alterações toponímicas	250
TÍTULO III Do processo de registo	250
CAPÍTULO I Pressupostos	250
SECÇÃO I Inscrição prévia e continuidade das inscrições	250
SECÇÃO II Legitimidade e representação	251
CAPÍTULO II Pedido de registo	252
CAPÍTULO III Documentos	254
SECÇÃO I Disposições gerais	254
SECÇÃO II Casos especiais	256
CAPÍTULO IV Apresentação	260
CAPÍTULO V Qualificação do pedido de registo	263
TÍTULO IV Dos atos de registo	265
CAPÍTULO I Disposições gerais	265
CAPÍTULO II Descrições, averbamentos e anotações	267
SECÇÃO I Descrições	267
SECÇÃO II Averbamentos à descrição	270
SECÇÃO III Anotações especiais à descrição	271

CAPÍTULO III Inscrição e seus averbamentos	272
SECÇÃO I Inscrição	272
SECÇÃO II Averbamentos à inscrição	278
TÍTULO V Da publicidade e da prova do registo	280
CAPÍTULO I Publicidade	280
CAPÍTULO II Proteção de dados pessoais	281
SECÇÃO I Bases de dados	281
SECÇÃO II Comunicação e acesso aos dados	282
CAPÍTULO III Meios de prova	284
TÍTULO VI Do suprimento, da retificação e da reconstituição do registo	286
CAPÍTULO I Meios de suprimento	286
CAPÍTULO II Da retificação do registo	292
CAPÍTULO III Reconstituição do registo	297
TÍTULO VII Da impugnação das decisões do conservador	299
TÍTULO VIII Disposições diversas	303
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO DE IMÓVEIS	
Decreto-Lei nº 263-A/2007, de 23 de Julho	307
CAPÍTULO I Procedimento especial de transmissão, oneração e registo de imóveis	309
SECÇÃO I Procedimento especial de transmissão, oneração e registo imediato de imóveis	309
SECÇÃO II Procedimento especial de transmissão, oneração e registo de imóveis com marcação prévia	314
CAPÍTULO II Direito de preferência	315
CAPÍTULO III Alterações legislativas	316
CAPÍTULO IV Disposições finais	317
SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA	
Lei nº 78/2017, de 17 de agosto	321
CAPÍTULO I Disposições gerais	321
CAPÍTULO II Sistema de informação cadastral simplificada	322
SECÇÃO I Procedimento de representação gráfica georreferenciada	322
SECÇÃO II Procedimento especial de registo de prédio rústico e misto omissio	326
SECÇÃO III Disposições comuns	326
SECÇÃO IV Procedimento de identificação, inscrição e registo de prédio sem dono conhecido	328
CAPÍTULO III Balcão Único do Prédio	328
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	329

PPROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO DE IMÓVEIS – REGULAMENTAÇÃO	
Portaria nº 794-B/2007, de 23 de Julho	333
CAPÍTULO I Regulamentação dos procedimentos especiais de aquisição, oneração e registo de imóveis	334
SECÇÃO I Disposição geral	334
SECÇÃO II Marcação prévia do procedimento especial de aquisição, oneração e registo de imóveis	334
SECÇÃO III Certidão <i>online</i> do registo predial	335
SECÇÃO IV Manifestação da intenção de exercer o direito legal de preferência	335
SECÇÃO V Período experimental dos procedimentos especiais de aquisição, oneração e registo de imóveis	336
CAPÍTULO II Disposições finais e transitórias	337
 REGULAMENTAÇÃO DOS PEDIDOS DE REGISTO PREDIAL	
Portaria nº 621/2008, de 18 de Julho	339
CAPÍTULO I Disposição geral	340
CAPÍTULO II Pedido de registo predial	340
CAPÍTULO III Publicações electrónicas em processos de justificação e rectificação	343
CAPÍTULO IV Publicações electrónicas obrigatórias de registo comercial	344
CAPÍTULO V Disposição final	344
 REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO MATRICIAL E REGISTRAL DOS BENS IMÓVEIS PERTENCENTES AO DOMÍNIO PRIVADO DO ESTADO E DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS	
Decreto-Lei nº 51/2017, de 25 de maio	345
CAPÍTULO I Disposições gerais	347
CAPÍTULO II Procedimento extraordinário de registo de bens imóveis	348
CAPÍTULO III Procedimento extraordinário de regularização da situação jurídico-registral de bens imóveis	351
CAPÍTULO IV Disposições complementares e finais	354
 TAXAS DEVIDAS PELA EMISSÃO DE CERTIDÕES, FOTOCÓPIAS, INFORMAÇÕES E CERTIFICADOS DE REGISTO PREDIAL	
Portaria nº 622/2008, de 18 de Julho	357
 CERTIDÃO PERMANENTE DO REGISTO PREDIAL	
Portaria nº 1513/2008, de 23 de Dezembro	361

COMPETÊNCIA DOS SERVIÇOS QUE DISPONIBILIZEM ATENDIMENTO PRESENCIAL ÚNICO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO IMEDIATO DE IMÓVEIS Portaria nº 1534/2008, de 30 de Dezembro	365
DEPÓSITO ELETRÓNICO DE DOCUMENTOS PARTICULARES AUTENTICADOS E PEDIDO <i>ONLINE</i> DE ATOS DE REGISTO PREDIAL Portaria nº 1535/2008, de 30 de Dezembro	367
CAPÍTULO I Disposições gerais	369
CAPÍTULO II Depósito electrónico de documento particular autenticado	370
CAPÍTULO III Promoção de actos de registo predial <i>online</i>	376
CAPÍTULO IV Disposições finais	378
DISPONIBILIZAÇÃO <i>ONLINE</i> DE INFORMAÇÃO PREDIAL SIMPLIFICADA Portaria nº 54/2011, de 28 de Janeiro	381
REGISTO COMERCIAL	
CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL Decreto-Lei nº 403/86, de 3 de Dezembro	387
CAPÍTULO I Objecto, efeitos e vícios do registo	391
CAPÍTULO II Competência para o registo	400
CAPÍTULO III Processo de registo	401
CAPÍTULO IV Actos de registo	412
CAPÍTULO V Publicidade e prova do registo	422
SECÇÃO I Publicidade	422
SECÇÃO II Meios de prova	423
SECÇÃO III Bases de dados do registo comercial	425
CAPÍTULO VI Suprimento, rectificação e reconstituição do registo	428
CAPÍTULO VII Impugnação de decisões	434
CAPÍTULO VIII Outros actos	438
CAPÍTULO IX Disposições diversas	439
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL Portaria nº 657-A/2006, de 29 de Junho	441
CAPÍTULO I Suporte e processo de registo	443
SECÇÃO I Suportes de registo	443
SECÇÃO II Processo de registo	444
CAPÍTULO II Menções dos registos	446
SECÇÃO I Registos por transcrição	446

SECÇÃO II Registos por depósito	451
CAPÍTULO III Disposições finais	453
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE SOCIEDADES	
Decreto-Lei nº 111/2005, de 8 de Julho	455
CAPÍTULO I Regime especial de constituição imediata de sociedades	456
CAPÍTULO II Alterações legislativas	463
CAPÍTULO III Postos de atendimento e informação obrigatória	464
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	465
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO <i>ON-LINE</i> DE SOCIEDADES	
Decreto-Lei nº 125/2006, de 29 de Junho	467
CAPÍTULO I Regime especial de constituição on-line de sociedades	468
CAPÍTULO II Alterações legislativas	475
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	475
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO <i>ON-LINE</i> DE SOCIEDADES	
Portaria nº 657-C/2006, de 29 de Junho	477
REGIME ESPECIAL DE CRIAÇÃO IMEDIATA DE REPRESENTAÇÕES PERMANENTES EM PORTUGAL DE ENTIDADES ESTRANGEIRAS	
Decreto-Lei nº 73/2008, de 16 de Abril	481
CAPÍTULO I Regime especial de criação imediata de representações permanentes em Portugal de entidades estrangeiras	483
CAPÍTULO II Alterações legislativas	486
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	486
REGIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS	
Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março	487
SECÇÃO I Disposições gerais	487
SECÇÃO II Procedimento administrativo de dissolução	488
SECÇÃO III Procedimento administrativo de liquidação	494
SECÇÃO IV Procedimento especial de extinção imediata de entidades comerciais	500
PROMOÇÃO ELETRÓNICA DE ATOS DE REGISTO COMERCIAL	
Portaria nº 1416-A/2006, de 19 de Dezembro	503
CAPÍTULO I Registos <i>online</i> e certidão permanente	504
SECÇÃO I Disposições gerais	504
SECÇÃO II Promoção de actos de registo comercial <i>online</i>	505

SECÇÃO III Depósito da prestação de contas	508
SECÇÃO IV Certidão permanente	511
CAPÍTULO II Alteração à tabela de honorários e encargos notariais e ao Regulamento do Registo Comercial	512
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	512
CERTIDÃO PERMANENTE DE REGISTOS E DOCUMENTOS E CERTIDÃO PERMANENTE DE PACTO SOCIAL ATUALIZADO Portaria nº 285/2012, de 20 de setembro	515
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS EM SÍTIO DA INTERNET Portaria nº 590-A/2005, de 14 de Julho	519
CARTÃO DA EMPRESA, CARTÃO DE PESSOA COLETIVA E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS Decreto-Lei nº 247-B/2008, de 30 de Dezembro	523
CAPÍTULO I Disposição geral	525
CAPÍTULO II Cartão da empresa e cartão de pessoa colectiva	526
SECÇÃO I Descrição do cartão da empresa e do cartão de pessoa colectiva	526
SECÇÃO II Competência e procedimento	527
SECÇÃO III Cartão electrónico da empresa ou da pessoa colectiva	530
CAPÍTULO III SICAE	530
SECÇÃO I Definição, conteúdo e eficácia	530
SECÇÃO II Competência e procedimento	531
SECÇÃO III Acesso à informação constante do SICAE	532
CAPÍTULO IV Alterações legislativas	532
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	533
REGISTO DE PESSOAS COLETIVAS	
REGIME DO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS Decreto-Lei nº 129/98, de 13 de Maio	539
TÍTULO I Disposições gerais	545
TÍTULO II Ficheiro central de pessoas colectivas	546
CAPÍTULO I Âmbito e forma de inscrição	546
CAPÍTULO II Número e cartão de identificação	550
CAPÍTULO III Base de dados do ficheiro central de pessoas colectivas	551
TÍTULO III Admissibilidade de firmas e denominações	555
CAPÍTULO I Princípios gerais	555
CAPÍTULO II Regras especiais	557

ÍNDICE-SUMÁRIO

CAPÍTULO III Procedimento	559
CAPÍTULO IV Vicissitudes	565
TÍTULO IV Impugnação de decisões	566
CAPÍTULO I Recurso Hierárquico e Impugnação judicial	566
CAPÍTULO II Tribunal arbitral	569
TÍTULO V Sanções	570
TÍTULO VI Registo Nacional de Pessoas Colectivas	571
CAPÍTULO I Competência e direcção	571
CAPÍTULO II Pessoal	573
CAPÍTULO III Funcionamento	574
REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO	
Lei nº 89/2017, de 21 de agosto	577
CAPÍTULO I Disposições gerais	583
CAPÍTULO II Declaração do beneficiário efetivo	585
CAPÍTULO III Procedimento	590
CAPÍTULO IV Acesso	591
CAPÍTULO V Retificação do Registo Central do Beneficiário Efetivo	593
CAPÍTULO VI Protecção de dados, conservação de registos e dados estatísticos	594
CAPÍTULO VII Fiscalização e sanções	596
CAPÍTULO VIII Disposição final	597
REGIME DO REGISTO DE PESSOAS COLETIVAS RELIGIOSAS	
Decreto-Lei nº 134/2003, de 28 de Junho	599
CAPÍTULO I Objecto e âmbito pessoal do registo	600
CAPÍTULO II Requisitos e formalidades de inscrição	601
CAPÍTULO III Actos de registo	603
CAPÍTULO IV Identificação	604
CAPÍTULO V Denominações	604
CAPÍTULO VI Protecção e comunicação dos dados	605
CAPÍTULO VII Disposições finais e transitórias	605
REGISTO DE PESSOAS JURÍDICAS CANÓNICAS	
Decreto-Lei nº 19/2015, de 3 de fevereiro	607
CAPÍTULO I Disposições gerais	607
CAPÍTULO II Requisitos e formalidades de inscrição no registo	608
CAPÍTULO III Atos de registo	610
CAPÍTULO IV Identificação e denominação	610
CAPÍTULO V Protecção e comunicação dos dados	611
CAPÍTULO VI Disposições complementares, transitórias e finais	612

REGISTO AUTOMÓVEL

DOCUMENTO ÚNICO AUTOMÓVEL

Decreto-Lei nº 178-A/2005, de 28 de Outubro	617
CAPÍTULO I Disposições gerais	618
CAPÍTULO II Certificado de matrícula	619
CAPÍTULO III Competência e procedimento para actos relativos a veículos	620
CAPÍTULO IV Alteração à legislação do registo de automóveis	621
CAPÍTULO V Disposições finais e transitórias	622
ANEXO	625

REGISTO DA PROPRIEDADE AUTOMÓVEL

Decreto-Lei nº 54/75, de 12 de Fevereiro	639
--	-----

REGULAMENTO DO REGISTO DE AUTOMÓVEIS

Decreto nº 55/75, de 12 de Fevereiro	653
CAPÍTULO I Livros, verbetes e arquivo	653
SECÇÃO I Livros e verbetes	653
SECÇÃO II Arquivos	654
CAPÍTULO II Actos de registo em geral	655
SECÇÃO I Requerentes	655
SECÇÃO II Requerimentos	655
SECÇÃO III Títulos de registo	656
SECÇÃO IV Documentos	657
CAPÍTULO III Actos de registo	660
SECÇÃO I Apresentações	660
SECÇÃO II Registos	662
CAPÍTULO IV Notas de registo	665
CAPÍTULO V Recusa do registo	665
CAPÍTULO VI Publicidade do registo	666
SECÇÃO I Certidões e documentos análogos	666
SECÇÃO II Informações	667
SECÇÃO III Comunicações obrigatórias	667
SECÇÃO IV Disposições diversas	667

PROMOÇÃO *ONLINE* DE ATOS DE REGISTO DE VEÍCULOS

Portaria nº 99/2008, de 31 de Janeiro	669
CAPÍTULO I Disposição geral	671
CAPÍTULO II Promoção <i>online</i> de actos de registo de veículos e certidão <i>online</i> de registo de veículos	671
SECÇÃO I Sítio da Internet	671
SECÇÃO II Promoção <i>online</i> de actos de registo de veículos	672
SECÇÃO III Certidão <i>online</i> de registo de veículos	674

ÍNDICE-SUMÁRIO

CAPÍTULO III Promoção de actos de registo por entidades que tenham por actividade principal a compra de veículos para revenda	675
CAPÍTULO IV Promoção de actos de registo de veículos pelo vendedor com grande regularidade	677
CAPÍTULO V Registos promovidos por agentes de execução	678
CAPÍTULO VI Disposições finais e transitórias	679
REGISTO DE NAVIOS	
REGISTO COMERCIAL DE NAVIOS	
Decreto-Lei nº 42644, de 14 de Novembro de 1959	683
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL DE NAVIOS	
Decreto nº 42645, de 14 de Novembro de 1959	687
REGISTO INTERNACIONAL DE NAVIOS DA MADEIRA (MAR)	
Decreto-Lei nº 96/89, de 28 de Março	693
CAPÍTULO I Natureza, atribuições e competências	693
CAPÍTULO II Exercício da atividade	695
CAPÍTULO III Compra, venda e registo de navios	696
CAPÍTULO IV Tripulações e lotações	699
CAPÍTULO V Regime fiscal	699
CAPÍTULO VI Disposições transitórias e finais	701
II – NOTARIADO	
CÓDIGO DO NOTARIADO	
Decreto-Lei nº 207/95, de 14 de Agosto	705
TÍTULO I Da organização dos serviços notariais	713
CAPÍTULO I Disposições gerais	713
CAPÍTULO II Competência funcional	714
SECÇÃO I Atribuições dos notários	714
SECÇÃO II Impedimentos	715
CAPÍTULO III Livros, índices e arquivos	716
SECÇÃO I Livros	716
SECÇÃO II Índices	720
SECÇÃO III Arquivos	721
SECÇÃO IV Disposições comuns	723
TÍTULO II Dos actos notariais	724
CAPÍTULO I Disposições gerais	724
SECÇÃO I Documentos e execução dos actos notariais	724

SECÇÃO II Requisitos dos instrumentos notariais	728
SUBSECÇÃO I Requisitos gerais	729
SUBSECÇÃO II Requisitos especiais	732
SUBSECÇÃO III Intervenientes acidentais	736
SECÇÃO III Nulidades e revalidação dos actos notariais	738
SUBSECÇÃO I Nulidades	738
SUBSECÇÃO II Revalidação	740
CAPÍTULO II Actos notariais em especial	742
SECÇÃO I Escrituras públicas em geral	742
SECÇÃO II Escrituras especiais	743
SUBSECÇÃO I Habilitação notarial	743
SUBSECÇÃO II Justificações Notariais	744
SUBSECÇÃO III Escrituras diversas	748
SECÇÃO III Instrumentos públicos avulsos	749
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	749
SUBSECÇÃO II Aprovação de testamentos cerrados	749
SUBSECÇÃO III Depósito de testamentos e sua restituição	750
SUBSECÇÃO IV Abertura de testamentos cerrados e de testamentos internacionais	751
SUBSECÇÃO V Procurações, substabelecimentos e consentimento conjugal	752
SUBSECÇÃO VI Protestos	753
SECÇÃO IV Averbamentos	757
SECÇÃO V Registos	760
SECÇÃO VI Abertura de sinal	762
SECÇÃO VII Autenticação de documentos particulares	762
SECÇÃO VIII Reconhecimentos	763
SECÇÃO IX Certificados, certidões e documentos análogos	765
SUBSECÇÃO I Disposições gerais	765
SUBSECÇÃO II Certificados	766
SUBSECÇÃO III Certidões e públicas-formas	768
SUBSECÇÃO IV Traduções	771
TÍTULO III Das recusas e recursos	771
CAPÍTULO I Recusas	771
CAPÍTULO II Recursos	772
TÍTULO IV Disposições diversas	773
CAPÍTULO I Responsabilidade dos funcionários notariais	773
CAPÍTULO II Estatística e participação de actos	774
CAPÍTULO III Encargos dos actos notariais	776
CAPÍTULO IV Disposições finais	780
ESTATUTO DO NOTARIADO	
Decreto-Lei nº 26/2004, de 4 de fevereiro	783
CAPÍTULO I Disposições gerais	783

SECÇÃO I Notário e função notarial	783
SECÇÃO II Princípios da atividade notarial	787
SECÇÃO III Retribuição do notário	789
SECÇÃO IV Horário dos cartórios notariais	790
CAPÍTULO II Direitos e deveres do notário	790
CAPÍTULO III Acesso à função notarial e atribuição do título de notário	792
SECÇÃO I Requisitos gerais de acesso	792
SECÇÃO II Estágio	792
SECÇÃO III Concurso	796
SECÇÃO IV Atribuição do título de notário	796
CAPÍTULO IV Concurso para atribuição de licença	797
CAPÍTULO V Instalação do cartório notarial e posse dos notários	798
CAPÍTULO VI Reconhecimento de qualificações profissionais	798
CAPÍTULO VII Cessação da atividade notarial e seus efeitos	799
SECÇÃO I Cessação de atividade e readmissão	799
SECÇÃO II Efeitos da cessação de atividade	801
CAPÍTULO VIII Conselho do Notariado	802
CAPÍTULO IX Fiscalização	804
CAPÍTULO X Disciplina	805
SECÇÃO I Disposições gerais	805
SECÇÃO II Do exercício da ação disciplinar	807
SECÇÃO III Das sanções disciplinares	809
SECÇÃO IV Do processo	815
SECÇÃO V Das garantias	819
CAPÍTULO XI Regime transitório	821
SECÇÃO I Período de transição	821
SECÇÃO II Dos notários	822
SECÇÃO III Dos oficiais do notariado	822
SECÇÃO IV Quadros de pessoal paralelos	823
SECÇÃO V Proteção social	824
SECÇÃO VI Licença e processo de transformação dos cartórios	826
SECÇÃO VII Posse	827
SECÇÃO VIII Disposições finais	828

AUTORIZAÇÃO PELO NOTÁRIO PARA PRÁTICA

DE DETERMINADOS ATOS

PELOS SEUS TRABALHADORES

Portaria nº 55/2011, de 28 de Janeiro	831
---------------------------------------	-----

TABELA DE HONORÁRIOS E ENCARGOS NOTARIAIS

Portaria nº 385/2004, de 16 de Abril	835
--------------------------------------	-----

CAPÍTULO I Regras de interpretação	839
CAPÍTULO II Regras de aplicação	840

CAPÍTULO III Tabela de honorários	841
CAPÍTULO IV Disposições finais	843
PEDIDO <i>ONLINE</i> DE CERTIDÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE TESTAMENTOS	
Portaria nº 182/2017, de 31 de maio	845
III – NORMAS COMUNS AOS SERVIÇOS DOS REGISTOS E NOTARIADO	
REGULAMENTO EMOLUMENTAR DOS REGISTOS E NOTARIADO	
Decreto-Lei nº 322-A/2001, de 14 de Dezembro	851
CAPÍTULO I Princípios e normas gerais de interpretação	859
CAPÍTULO II	860
SECÇÃO I Normas gerais de aplicação	860
SECÇÃO II Actos de registo civil e da nacionalidade	861
SECÇÃO III Actos notariais	863
SECÇÃO IV Actos de registo predial	864
SECÇÃO V Actos de registo comercial	865
SECÇÃO VI Actos de registo de navios	866
SECÇÃO VII Actos de Registo Nacional de Pessoas Colectivas	867
SECÇÃO VIII Actos de Registo de Automóveis	867
SECÇÃO IX Actos de identificação civil	868
CAPÍTULO III Tabelamento dos actos	868
SECÇÃO I Registo civil e nacionalidade	868
SECÇÃO II Notariado	874
SECÇÃO III Registo predial	876
SECÇÃO IV Registo comercial	879
SECÇÃO V Registo Nacional de Pessoas Colectivas	882
SECÇÃO VI Registo de navios	884
SECÇÃO VII Registo de automóveis	885
SECÇÃO VIII Identificação civil	887
SECÇÃO IX Emolumentos diversos	888
SECÇÃO X Isenções ou reduções emolumentares	892
REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO	
Lei nº 23/2013, de 5 de março	897
REGIME DO INVENTÁRIO NOTARIAL	
Lei nº 117/2019, de 13 de setembro	901
CAPÍTULO III Disposições finais e transitórias	901

REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSAMENTO DOS ATOS
E DOS TERMOS DO PROCESSO DE INVENTÁRIO

Portaria nº 46/2015, de 23 de fevereiro	909
CAPÍTULO I Disposições gerais	917
CAPÍTULO II Apresentação de peças processuais e documentos	919
CAPÍTULO III Citações, notificações, tramitação eletrónica e consulta do processo	921
CAPÍTULO IV Custas do processo de inventário	923
SECÇÃO I Custas e dispensa	923
SECÇÃO II Honorários	925
SECÇÃO III Despesas	929
SECÇÃO IV Nota final e custas de parte	930
CAPÍTULO V Encerramento do processo	933
CAPÍTULO VI Apoio judiciário	933
SECÇÃO I Pedidos	933
SECÇÃO II Honorários notariais	934
SECÇÃO III Despesas	935
SECÇÃO IV Aquisição de meios económicos suficientes em virtude da decisão de partilha	938
CAPÍTULO VII Disposições finais	939
ANEXO I Honorários devidos pelo processo de inventário	940
ANEXO II Honorários devidos pelos incidentes	940
ANEXO III Requerimento de Inventário	941

TRANSMISSÃO E RECEÇÃO POR TELECÓPIA
E POR VIA ELETRÓNICA DE DOCUMENTOS
COM VALOR DE CERTIDÃO

Decreto-Lei nº 66/2005, de 15 de Março	947
--	-----

INSTRUÇÃO DE ATOS NOTARIAIS E REGISTRAIS
POR FOTOCÓPIAS

Decreto-Lei nº 30/2000, de 13 de Março	955
--	-----

PROCEDIMENTOS PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS DE REGISTOS

Portaria nº 547/2009, de 25 de Maio	957
-------------------------------------	-----

ACESSOS ELETRÓNICOS COM VALOR DE CERTIDÃO

Portaria nº 696/2009, de 30 de Junho	965
--------------------------------------	-----

MEDIDAS DE SIMPLIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE ATOS
E PROCEDIMENTOS REGISTRAIS E NOTARIAIS

Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março	969
CAPÍTULO I Disposição geral	969

CAPÍTULO II Alterações legislativas	970
CAPÍTULO III Reconhecimentos de assinaturas e autenticação e tradução de documentos	970
CAPÍTULO IV Disposições finais e transitórias	971
SECÇÃO I Disposições finais	971
SECÇÃO II Disposições transitórias	972
SUBSECÇÃO I Competência territorial	972
SUBSECÇÃO II Suportes de registo	975
SUBSECÇÃO III Prazos no Código do Registo Comercial	976
SUBSECÇÃO IV Procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais	976
SUBSECÇÃO V Sociedades em processo de privatização	977
SECÇÃO III Revogações, aplicação no tempo e entrada em vigor	978

SUMÁRIO

I – REGISTOS

REGISTO CIVIL

CÓDIGO DO REGISTO CIVIL

Decreto-Lei nº 131/95, de 6 de Junho 11

DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO DA IDENTIDADE DE GÉNERO E EXPRESSÃO DE GÉNERO E À PROTEÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS SEXUAIS DE CADA PESSOA

Lei nº 38/2018, de 7 de agosto 113

CELEBRAÇÃO DE CASAMENTOS CIVIS FORA DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS E AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS

Decreto-Lei nº 236/2001, de 30 de Agosto 119

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIA DECISÓRIA PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO E CONSERVATÓRIAS DO REGISTO CIVIL

Decreto-Lei nº 272/2001, de 13 de Outubro 121

LEI DA NACIONALIDADE

Lei nº 37/81, de 3 de Outubro 131

REGULAMENTO DA NACIONALIDADE PORTUGUESA

Decreto-Lei nº 237-A/2006, de 14 de Dezembro 145

SUMÁRIO

REGIME DE EMISSÃO E UTILIZAÇÃO DO CARTÃO DE CIDADÃO Lei nº 7/2007, de 5 de Fevereiro	185
PROCEDIMENTOS SIMPLIFICADOS DE SUCESSÃO HEREDITÁRIA E DE PARTILHA DO PATRIMÓNIO CONJUGAL Portaria nº 1594/2007, de 17 de Dezembro	209
PEDIDO <i>ONLINE</i> DE ATOS E DE PROCESSOS DE REGISTO CIVIL Portaria nº 654/2009, de 17 de Junho	217
SUPORTE INFORMÁTICO E PROCEDIMENTO DE RECONSTITUIÇÃO PARA ATOS E PROCESSOS DE REGISTO CIVIL Portaria nº 1109/2009, de 25 de Setembro	223
CERTIDÃO <i>ONLINE</i> DE REGISTO CIVIL Portaria nº 181/2017, de 31 de maio	227
REGISTO PREDIAL	
CÓDIGO DO REGISTO PREDIAL Decreto-Lei nº 224/84, de 6 de Julho	233
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO DE IMÓVEIS Decreto-Lei nº 263-A/2007, de 23 de Julho	307
SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA Lei nº 78/2017, de 17 de agosto	321
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO DE IMÓVEIS – REGULAMENTAÇÃO Portaria nº 794-B/2007, de 23 de Julho	333
REGULAMENTAÇÃO DOS PEDIDOS DE REGISTO PREDIAL Portaria nº 621/2008, de 18 de Julho	339
REGIME EXTRAORDINÁRIO DE REGULARIZAÇÃO MATRICIAL E REGISTRAL DOS BENS IMÓVEIS PERTENCENTES AO DOMÍNIO PRIVADO DO ESTADO E DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS Decreto-Lei nº 51/2017, de 25 de maio	345

TAXAS DEVIDAS PELA EMISSÃO DE CERTIDÕES, FOTOCÓPIAS, INFORMAÇÕES E CERTIFICADOS DE REGISTO PREDIAL Portaria nº 622/2008, de 18 de Julho	357
CERTIDÃO PERMANENTE DO REGISTO PREDIAL Portaria nº 1513/2008, de 23 de Dezembro	361
COMPETÊNCIA DOS SERVIÇOS QUE DISPONIBILIZEM ATENDIMENTO PRESENCIAL ÚNICO PARA A REALIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL DE AQUISIÇÃO, ONERAÇÃO E REGISTO IMEDIATO DE IMÓVEIS Portaria nº 1534/2008, de 30 de Dezembro	365
DEPÓSITO ELETRÓNICO DE DOCUMENTOS PARTICULARES AUTENTICADOS E PEDIDO <i>ONLINE</i> DE ATOS DE REGISTO PREDIAL Portaria nº 1535/2008, de 30 de Dezembro	367
DISPONIBILIZAÇÃO <i>ONLINE</i> DE INFORMAÇÃO PREDIAL SIMPLIFICADA Portaria nº 54/2011, de 28 de Janeiro	381
REGISTO COMERCIAL	
CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL Decreto-Lei nº 403/86, de 3 de Dezembro	387
REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL Portaria nº 657-A/2006, de 29 de Junho	441
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO IMEDIATA DE SOCIEDADES Decreto-Lei nº 111/2005, de 8 de Julho	455
REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO <i>ON-LINE</i> DE SOCIEDADES Decreto-Lei nº 125/2006, de 29 de Junho	467
REGULAMENTAÇÃO DO REGIME ESPECIAL DE CONSTITUIÇÃO <i>ON-LINE</i> DE SOCIEDADES Portaria nº 657-C/2006, de 29 de Junho	477

SUMÁRIO

REGIME ESPECIAL DE CRIAÇÃO IMEDIATA DE REPRESENTAÇÕES PERMANENTES EM PORTUGAL DE ENTIDADES ESTRANGEIRAS Decreto-Lei nº 73/2008, de 16 de Abril	481
REGIME JURÍDICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE DISSOLUÇÃO E DE LIQUIDAÇÃO DE ENTIDADES COMERCIAIS Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março	487
PROMOÇÃO ELETRÓNICA DE ATOS DE REGISTO COMERCIAL Portaria nº 1416-A/2006, de 19 de Dezembro	503
CERTIDÃO PERMANENTE DE REGISTOS E DOCUMENTOS E CERTIDÃO PERMANENTE DE PACTO SOCIAL ATUALIZADO Portaria nº 285/2012, de 20 de setembro	515
PUBLICAÇÕES OBRIGATÓRIAS EM SÍTIO DA INTERNET Portaria nº 590-A/2005, de 14 de Julho	519
CARTÃO DA EMPRESA, CARTÃO DE PESSOA COLETIVA E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DE ATIVIDADES ECONÓMICAS Decreto-Lei nº 247-B/2008, de 30 de Dezembro	523
REGISTO DE PESSOAS COLETIVAS	
REGIME DO REGISTO NACIONAL DE PESSOAS COLETIVAS Decreto-Lei nº 129/98, de 13 de Maio	539
REGIME JURÍDICO DO REGISTO CENTRAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO Lei nº 89/2017, de 21 de agosto	577
REGIME DO REGISTO DE PESSOAS COLETIVAS RELIGIOSAS Decreto-Lei nº 134/2003, de 28 de Junho	599
REGISTO DE PESSOAS JURÍDICAS CANÓNICAS Decreto-Lei nº 19/2015, de 3 de fevereiro	607

REGISTO AUTOMÓVEL

DOCUMENTO ÚNICO AUTOMÓVEL

Decreto-Lei nº 178-A/2005, de 28 de Outubro 617

REGISTO DA PROPRIEDADE AUTOMÓVEL

Decreto-Lei nº 54/75, de 12 de Fevereiro 639

REGULAMENTO DO REGISTO DE AUTOMÓVEIS

Decreto nº 55/75, de 12 de Fevereiro 653

PROMOÇÃO *ONLINE* DE ATOS DE REGISTO DE VEÍCULOS

Portaria nº 99/2008, de 31 de Janeiro 669

REGISTO DE NAVIOS

REGISTO COMERCIAL DE NAVIOS

Decreto-Lei nº 42644, de 14 de Novembro de 1959 683

REGULAMENTO DO REGISTO COMERCIAL DE NAVIOS

Decreto nº 42645, de 14 de Novembro de 1959 687

REGISTO INTERNACIONAL DE NAVIOS DA MADEIRA (MAR)

Decreto-Lei nº 96/89, de 28 de Março 693

II – NOTARIADO

CÓDIGO DO NOTARIADO

Decreto-Lei nº 207/95, de 14 de Agosto 705

ESTATUTO DO NOTARIADO

Decreto-Lei nº 26/2004, de 4 de fevereiro 783

AUTORIZAÇÃO PELO NOTÁRIO PARA PRÁTICA
DE DETERMINADOS ATOS PELOS SEUS TRABALHADORES

Portaria nº 55/2011, de 28 de Janeiro 831

TABELA DE HONORÁRIOS E ENCARGOS NOTARIAIS

Portaria nº 385/2004, de 16 de Abril 835

PEDIDO *ONLINE* DE CERTIDÃO SOBRE A EXISTÊNCIA
DE TESTAMENTOS

Portaria nº 182/2017, de 31 de maio 845

SUMÁRIO

III – NORMAS COMUNS AOS SERVIÇOS
DOS REGISTOS E NOTARIADO

REGULAMENTO EMOLUMENTAR DOS REGISTOS
E NOTARIADO

Decreto-Lei nº 322-A/2001, de 14 de Dezembro 851

REGIME JURÍDICO DO PROCESSO DE INVENTÁRIO

Lei nº 23/2013, de 5 de março 897

REGIME DO INVENTÁRIO NOTARIAL

Lei nº 117/2019, de 13 de setembro 901

REGULAMENTAÇÃO DO PROCESSAMENTO DOS ATOS
E DOS TERMOS DO PROCESSO DE INVENTÁRIO

Portaria nº 46/2015, de 23 de fevereiro 909

TRANSMISSÃO E RECEÇÃO POR TELECÓPIA
E POR VIA ELETRÓNICA DE DOCUMENTOS
COM VALOR DE CERTIDÃO

Decreto-Lei nº 66/2005, de 15 de Março 947

INSTRUÇÃO DE ATOS NOTARIAIS E REGISTRALIS
POR FOTOCÓPIAS

Decreto-Lei nº 30/2000, de 13 de Março 955

PROCEDIMENTOS PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS DE REGISTOS

Portaria nº 547/2009, de 25 de Maio 957

ACESSOS ELETRÓNICOS COM VALOR DE CERTIDÃO

Portaria nº 696/2009, de 30 de Junho 965

MEDIDAS DE SIMPLIFICAÇÃO E ELIMINAÇÃO DE ATOS
E PROCEDIMENTOS REGISTRALIS E NOTARIAIS

Decreto-Lei nº 76-A/2006, de 29 de Março 969

ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DO REGISTO CIVIL 981

ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DO REGISTO PREDIAL 991

ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DO REGISTO COMERCIAL 1001

ÍNDICE ANALÍTICO DO CÓDIGO DO NOTARIADO 1005

ÍNDICE-SUMÁRIO 1011

SUMÁRIO 1031

BDJUR

BASE DE DADOS JURÍDICA

LEGISLAÇÃO CÓDIGOS JURISPRUDÊNCIA FORMULÁRIOS EUR-LEX DICIONÁRIO FÓRUM JURÍDICO

bdjur.almedina.net

QUANTO TEMPO JÁ PERDEU A ATUALIZAR A SUA LEGISLAÇÃO?

Na BDJUR procedemos diariamente à atualização de conteúdos, trabalhando de forma sistemática a legislação publicada no Diário da República, disponibilizando códigos, legislação complementar, coletâneas temáticas, decisões jurisprudenciais de tribunais superiores e outras ferramentas práticas para o seu dia-a-dia, como as nossas minutas de autor.

PARA MAIS INFORMAÇÕES

assinaturas@bdjur.almedina.net

213 190 243

916 141 786

